

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Litoral Class.: 91

Data: 27 de Março de 1984 Pg.: \_\_\_\_\_

Lucio Flavio Pinto

4468

### Prejuízo monumental

**A** Companhia Florestal Monte Dourado, sucessora do milionário norte-americano Daniel Ludwig no Projeto Jari, declarou ter sofrido um prejuízo líquido de 79,2 bilhões de cruzeiros no ano passado. Mas isso após a correção monetária do balanço. Em termos operacionais, o prejuízo foi de 161,5 bilhões de cruzeiros. E os auditores das contas da Monte Dourado, advertem que, sem uma maquiagem contábil, como a que foi efetuada, o prejuízo real — incluída a correção monetária — seria de 115,8 bilhões de cruzeiros. O Pará, onde está sediada a Jari, arrecadou no ano passado apenas 94,3 bilhões, pouco mais de 80% do prejuízo da empresa.

São números espantosos. O que a Companhia Florestal Monte Dourado faturou não chega nem a um terço dos seus compromissos financeiros, que em 1983 ultrapassaram 163 bilhões de cruzeiros. O projeto só não afundou de vez na maré dos juros e amortizações, decorrentes do pesado endividamento em moeda estrangeira, porque entraram 275 bilhões de cruzeiros em dinheiro novo, dos quais apenas 40 bilhões provenientes de um dos 22 grupos econômicos nacionais com poder de voto.

O balanço da Monte Dourado representa um retrato fiel do que é o empreendimento. Sem o custo financeiro, ele já é viável: contra um prejuízo de 15 bilhões de cruzeiros em 1982, o Projeto Jari apresentou no ano passado um lucro (antes dos custos financeiros) de quase dois bilhões de cruzeiros. As vendas aumentaram apenas 70%, pulando de 36 bilhões para 52 bilhões, evidenciando uma conjuntura de mercado que permanece em baixa ou estacionária, há dois anos. Mas os administradores da empresa conseguiram a façanha de segurar o custo dos produtos vendidos em um mesmo valor (aproximadamente 32 bilhões) ao longo de todo um ano tremendamente inflacionário. Mais do que isso: as despesas operacionais sofreram uma redução nesse

período, baixando de 19,5 bilhões para 18,1 bilhões de cruzeiros.

Essa redução de custos é produto direto do combate à elefantíase, um vírus inoculado ao tempo da administração Ludwig, e de algumas iniciativas em favor da racionalização das operações. Mas decorre também do maior grau de participação governamental dentro do Projeto, especialmente nos serviços de infra-estrutura. O aeroporto de Monte Dourado, por exemplo, foi transferido para as autoridades aeronáuticas, destino idêntico ao dos serviços médico-hospitalares, que a Fundação Sesp já se comprometeu a assumir. O governo do Amapá também cuidará da implantação da Vila Laranjal do Jari, remanejando o Beiradão para terra-firme (se conseguir).

Além de responsabilizar-se por despesas que antes eram da Jari, o governo possibilitou à empresa acesso a fontes adicionais de recursos favorecidos ao criar o Distrito Florestal do Jari. Assim, a companhia iniciou plantios com financiamento dos incentivos fiscais do Fiset, o fundo federal de reflorestamento, administrado pelo IBDF.

**A** maior ajuda, porem, veio através de uma forma inusual, mesmo para os padrões do nosso capitalismo híbrido, de participação acionária. Entre dezembro de 1983 e fevereiro deste ano, o Banco do Brasil e o BNDES assumiram compromissos para a subscrição de pouco mais de 235 bilhões de cruzeiros em ações da empresa (o BNDES com 181 bilhões e o Banco do Brasil com 55 bilhões). Esse dinheiro será usado para enfrentar o terrível custo financeiro do projeto.

Mesmo tendo gasto 161,5 bilhões de cruzeiros em despesas financeiras, a Monte Dourado viu seus financiamentos a longo prazo saltarem de 44 bilhões para 128 bilhões de cruzeiros. São financiamentos contraiados em moeda estrangeira, diretamen-

te em dólar ou a ele equiparado. Só a variação cambial onerou a empresa em mais de 146 bilhões de cruzeiros. E para manter seu capital de giro, ela teve ainda que recorrer a financiamentos internos: em 1982 o saldo devedor dessa conta era de 193 bilhões, baixando agora para 103 bilhões, dos quais 73 bilhões vencendo a curto prazo.

Incapaz de gerar por si própria os recursos financeiros necessários para manter-se em funcionamento, a Monte Dourado foi buscá-los nos cofres públicos. Num capital social de 436 bilhões de cruzeiros, o BNDES e o Banco do Brasil possuem 235 bilhões, mas quase nenhum poder de controle.

A situação é ainda mais especial no caso do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico-Social): embora subcrevendo 181 bilhões do capital social, ele não pode, ao contrário do Banco do Brasil (que tem 55 bilhões jogados no projeto), converter suas ações preferenciais em ordinárias. Tem apenas prioridade no reembolso de capital, participação integral nos lucros e prioridade no resgate (atendidas várias condições).

Como a Companhia Florestal Monte Dourado deverá permanecer no vermelho até o final da década, pelo menos, significa dizer imobilização de capital. Um negócio no qual dificilmente o banco se lançaria, principalmente nas circunstâncias atuais, se tivesse liberdade para decidir. Não teve.

Este é um traço inovador do design jurídico da empresa, inovação inquietante, aliás. Porta-vozes do projeto justificam essa aliança declarando que não havia outro jeito de recuperar o empreendimento. De outra forma, nem mesmo a iniciativa privada se lançaria à aventura, mas prometem saldar todos os compromissos. É uma tese. A questão é que ela foi colocada na geladeira e ninguém se preocupou mais em requeená-la e servi-la ao debate nacional, que é o seu legítimo destinatário.